

PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

Vanessa Rosana Peluchen

RESUMO

A institucionalização da avaliação em larga escala no Brasil enquanto política educacional, dá seus primeiros passos no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, vindo a ser sistematizada em 1995, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A partir de então tem se tornado objeto de investigação de pesquisadores que buscam tanto demonstrar prejuízos para a avaliação das escolas e professores quanto analisar as desigualdades do sistema educacional pelo uso dos resultados dessas avaliações nas políticas pela melhoria da qualidade educacional. Com esse intuito o presente artigo tem por objetivo efetuar levantamento das produções acadêmico-científicas sobre políticas de avaliação em larga escala no Brasil tendo em vista verificar tendências e especificidades que cercam tais estudos.

Palavras chave: Políticas Educacionais. Avaliação em Larga Escala. Produções Acadêmico-científicas.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, quando começaram a ganhar corpo políticas de avaliação em larga escala, ampliam-se as preocupações acerca dos objetivos e das reais finalidades dessas políticas. De acordo com Schneider (2013, p. 18), a avaliação em larga escala abrange “testes e exames aplicados a um conjunto de estudantes, escolas e redes de ensino, dependendo dos objetivos a que se destinam”. Nessa direção, o termo em larga escala está relacionado à amplitude alcançada por essas avaliações.

Em observância a Gomes Neto e Rosenberg (1995, p.13) “o objetivo central de um sistema de avaliação é fornecer informações que possam orientar as políticas educacionais de modo a apoiar ações que visam à melhoria da *qualidade do ensino*”. De acordo com esses autores, a preocupação relaciona-se aos pressupostos do sistema, verificando se os mesmos estão sendo respeitados. Nesse sentido e em razão da intensa demanda por qualidade educacional, as avaliações em larga escala representam no atual contexto educacional uma das ferramentas mais eficazes na formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação.

Considerando o exposto, é objetivo deste trabalho efetuar levantamento das produções acadêmico-científicas empreendidas em programas de pós-graduação brasileiros sobre o tema tendo em vista verificar tendências e especificidades desses estudos. Para dar conta do

objetivo proposto, o estudo compreende mapeamento de teses e dissertações produzidas e disponibilizadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Por sua importância e abrangência, o repositório da Capes constitui uma das principais fontes de coleta de dados e informações sobre a produção acadêmica e científica dos programas de pós-graduação no Brasil. Não obstante, tendo em conta que no Portal Capes encontram-se disponíveis apenas dissertações e teses publicadas entre os anos de 2011 e 2012, o referido levantamento considerou esse recorte temporal como representação das produções referidas.

Para o levantamento, foram delimitados três descritores: avaliação educacional; avaliação em larga escala; e avaliação externa. O estudo dos trabalhos localizados a partir desses descritores, considerou as seguintes categorias de análise: áreas de conhecimento que abordam o tema da avaliação educacional e/ou em larga escala; temas focalizados; e principais autores. A busca considerou a incidência dos descritores, individualmente, nos títulos, resumos e/ou palavras-chave das produções localizadas. Para a elaboração dos elementos gráficos relacionados as áreas de conhecimento, o embasamento foi a incidência dos descritores no título, palavras-chave e/ou resumos. Para as análises das temáticas abordadas nas teses e dissertações, a base foi os resumos. Para o levantamento dos principais autores foram efetuadas leituras dos resumos dos trabalhos e realizadas análises posteriores.

O trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, é efetuada uma breve contextualização histórica do desenvolvimento e evolução das políticas de avaliação em larga escala no Brasil. Na segunda, são apresentados e analisados os achados da pesquisa e apontadas as conclusões. Justificam-se os estudos sobre as políticas de avaliação em larga escala em razão de que “a produção de conhecimento na área da avaliação (...) tem se constituído como um meio fundamental no processo de construção do conhecimento” (BORGES, 2011, p.13). Nessa direção, conhecer o que foi produzido contribui para verificar avanços e recuos na produção de conhecimento sobre um determinado tema.

2. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROCESSO HISTÓRICO

Ainda que Freitas (2007) reconheça que o interesse pela avaliação de sistemas educacionais no Brasil remonte a década de 1930, é a partir do início da década de 1990 que a avaliação em larga escala passa a ser concebida como uma política pública de abrangência nacional. Em 1987 criou-se o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (SAEP), caracterizado por Gatti (1994) *apud* Schneider e Nardi (2015 p.34) como “primeira

experiência de avaliação em larga escala no Brasil”. Na década de 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), várias iniciativas de avaliação em larga escala foram desenvolvidas.

Em 1995, a Lei 9.131, de 24 de novembro, passa a atribuir ao Ministério da Educação a incumbência de conduzir o Saeb, até então sob os cuidados do Conselho Nacional de Educação (CNE). A partir de sua reestruturação em 2005, através da Portaria n° 931, de 21 de março do corrente ano, o Saeb foi dividido em duas avaliações distintas: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC, conhecida como Prova Brasil) e Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) sendo que “a primeira adquiriu caráter censitário e a segunda manteve os procedimentos de avaliação amostral que caracterizaram o Saeb durante os 15 anos desde a sua criação” (SCHENEIDER; NARDI, 2015, p.34).

No ano de 2013, sob a Portaria n° 482, o Saeb sofre novas reformulações e passa a ser composto por três processos de avaliação, incluindo além da Anresc e Aneb também a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) com o objetivo de avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência (incluindo as condições de oferta) do Ciclo de Alfabetização das redes públicas, além de produzir informações sistemáticas sobre as unidades escolares, de forma que cada unidade receba o resultado global (BRASIL, 2013).

Para Freitas *et al* (2009 p.47), avaliações como do Saeb constituem “ instrumento de acompanhamento global de redes de ensino” que objetiva “traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas”. A avaliação inclui, entre outros instrumentos, “pesquisas e provas, promovidas por sistemas de ensino de diferentes entes federativos, dados estatísticos, incluindo os resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” e/ou que o complementem ou o substituam, e os decorrentes da supervisão e verificações *in loco* (FREITAS *et al*, 2009, p.47).

A avaliação de redes de Educação Básica é periódica, feita por órgãos externos às escolas e engloba os resultados da avaliação institucional, que sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando. Em Síntese, como cita Dias Sobrinho (2003) a avaliação é concebida e praticada de diversas maneiras, compreendendo um campo complexo, além de estar “(...) centrada na eficiência e na produtividade sob o controlo directo do Estado” (HOUSE, 1993 *apud* AFONSO, 2009 p.118).

A medida em que o tema ganha corpo nas políticas nacionais, aumentam também os interesses por estudos investigatórios sobre o desenvolvimento do tema, a fim de verificar a implementação e consequências dessas políticas de avaliação para a qualidade educacional.

De acordo com Gatti (2007, p.2), é preciso refletir sobre o cenário das avaliações “tanto por razões de ordem educacional, como pelo dispêndio de dinheiro público com elas”.

Os dados coletados através do presente estudo demonstram que preocupações acerca dessas reflexões, não são exclusivas da área educacional, elas se configuram em outras áreas, isso é corroborado pelos números das produções acadêmicas realizados pelos programas de pós-graduação no Brasil e os quais foram objeto de estudo do presente artigo.

3. PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

O levantamento da produção científica sobre um determinado configura-se como um Estado da Arte ou, em alguns aspectos como um estado de conhecimento, posto que trazem

em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002 p.258).

Para Haddad (2000, p.4) *apud* Borges (2011, p.19), a relevância desses estudos “está na busca pela compreensão do conhecimento acumulado através de sua sistematização, reconhecimento dos principais resultados das investigações, identificação de temáticas e abordagens dominantes e emergentes (...)”.

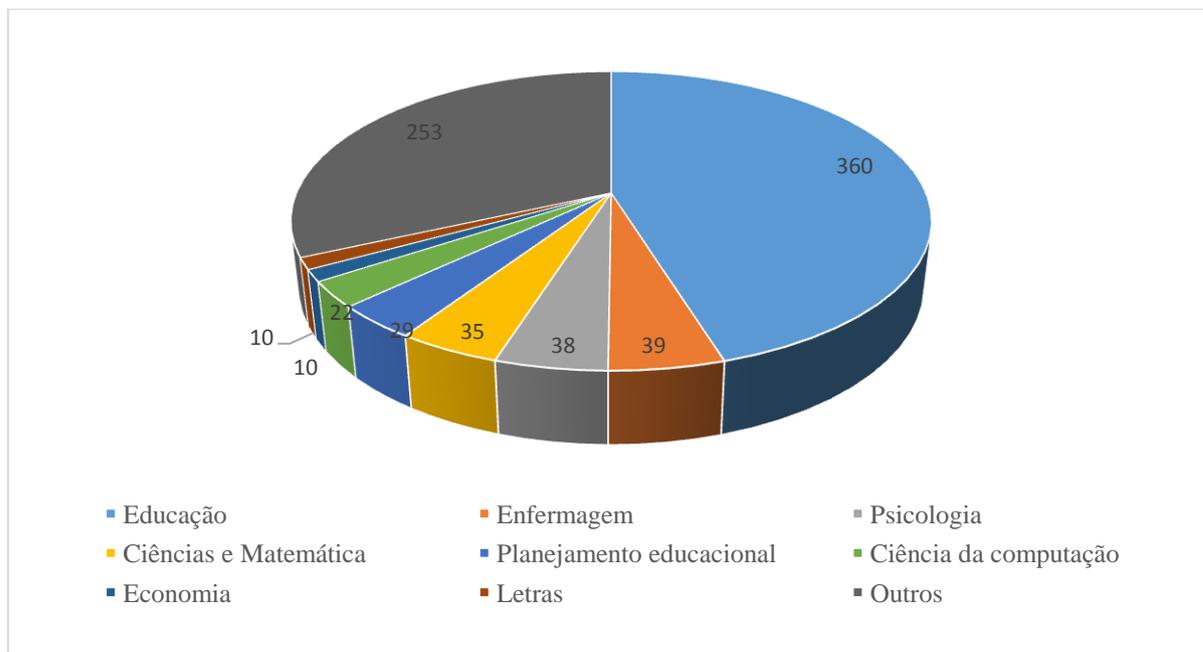
Em razão desse estudo não contemplar na íntegra todas as características de um estado da arte ou estado de conhecimento, denomino-o apenas como um levantamento, uma sondagem dos estudos sobre avaliação educacional no intuito de verificar tendências e especificidades das produções sobre o tema.

Para o delineamento do levantamento, foram eleitos três descritores articulados entre si: Avaliação educacional; avaliação em larga escala; e avaliação externa. Os achados foram agrupados em torno das seguintes categorias: áreas de conhecimento a que se vinculam os trabalhos sobre o tema avaliação em larga escala; focos temáticos eleitos pelos autores para embasamento das reflexões acerca deste tema;

Utilizando o descritor Avaliação educacional, foram filtradas 796 teses e dissertações disponibilizadas no Portal da Capes entre os anos de 2001 e 2012. Destas, 360 vinculadas a área educacional sendo que apenas 43 (10 teses e 33 dissertações) possuíam como foco a avaliação em larga escala. As demais produções tratavam de avaliações institucionais,

avaliações da aprendizagem, entre outros. A distribuição dos trabalhos nas áreas de conhecimento está representada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Áreas de conhecimento da produção acadêmico-científica sobre Avaliação educacional

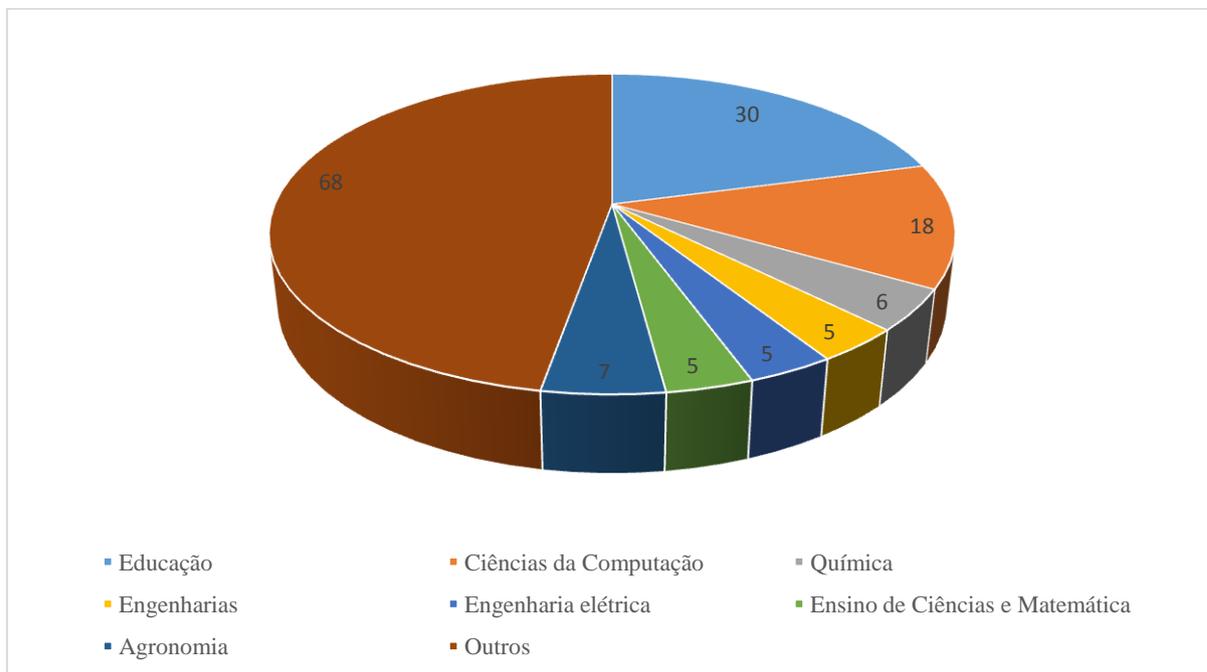


Fonte: A autora, com base em CAPES (2016).

Como podemos facilmente verificar, o tema da avaliação educacional está presente em diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo economia, ciências da computação, ciências e matemática, enfermagem, entre outros, o que nos leva a considerar a amplitude e os espaços que vem ganhando os estudos sobre avaliação nos últimos anos. De fato, como afirma Dias Sobrinho (2003, p.13) a avaliação é parte do nosso cotidiano estando presente no dia a dia “dos professores, estudantes e escolas, de tal forma que é considerada patrimônio das instituições educativas.” Como enfatizado, ela adquiriu importância “na agenda política dos governos, organismos e agências dedicadas à estruturação e à gestão do setor público e particularmente da educação” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.13), não sendo mais possível negligenciar sua força na regulação da educação..

No que tange ao descritor “avaliação em larga escala”, foram encontrados 144 produções, sendo 30 delas na área educacional. O Gráfico 2 ilustra a incidência dessas produções em diferentes áreas do conhecimento.

Gráfico 2. Áreas de conhecimento da produção acadêmico-científica sobre Avaliação em Larga Escala

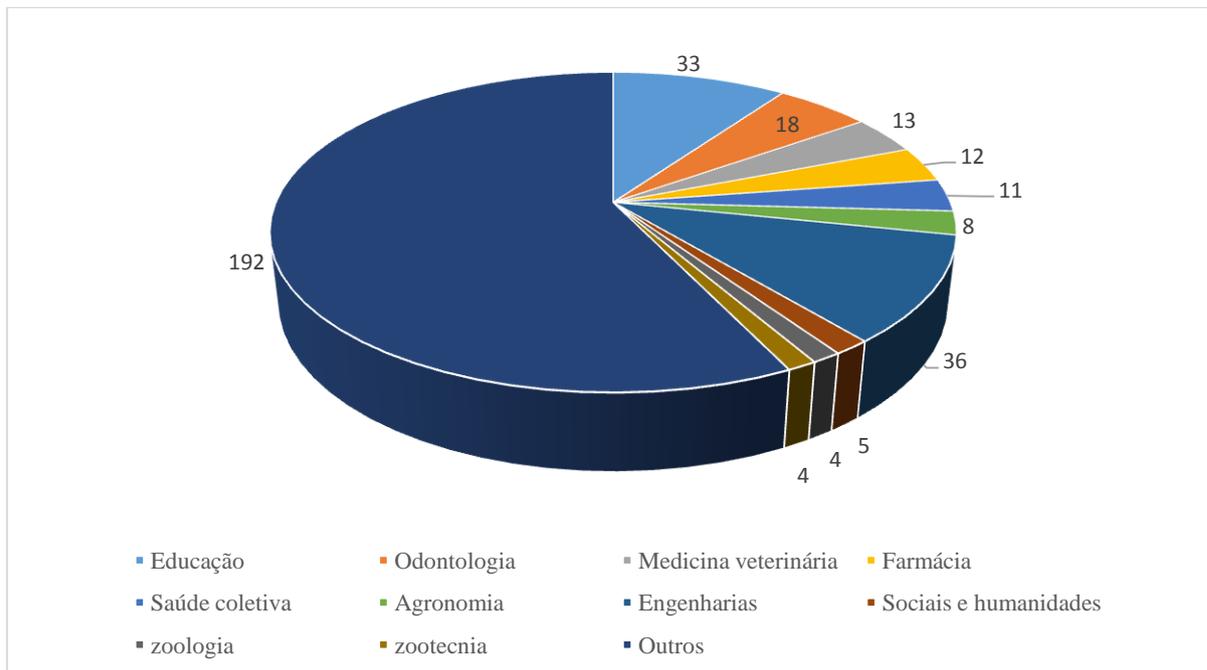


Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

O gráfico 2 ilustra as áreas de conhecimento direcionadas a estudos sobre a avaliação em larga escala. Na educação foram encontradas 30 produções, número significativo se compararmos com as outras áreas descritas neste gráfico. Também não se contabiliza nessa ótica a categoria outros pois, mesmo ao contemplar 68 trabalhos, são áreas esparsas, inferiores a três produções

A “Avaliação externa” caracteriza-se como o terceiro descritor elencado para o presente estudo. Sobre ele, foram filtrados 336 resultados, distribuídos nas mais diversas áreas de conhecimento, conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3. Áreas de conhecimento da produção acadêmico-científica sobre Avaliação externa



Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

A avaliação externa é objeto de estudo de muitas áreas de conhecimento. Além das produções na área educacional, destacam-se trabalhos nas engenharias e também na área de odontologia, logicamente cada área tratando a avaliação externa no contexto de suas especificidades, destoando um pouco da concepção de avaliação externa que se tem na educação. A categoria outros agrupa 192 produções em razão das mesmas estarem distribuídas esparsamente em variadas áreas.

Apesar de constar 33 produções acadêmicas na área de educação, serão o foco destas considerações apenas 11, justificando-se que o restante foi selecionado pelo mecanismo de busca nos descritores já analisados anteriormente. A avaliação externa foi definida como um dos descritores centrais para as análises da avaliação em larga escala pela sua estreita relação com a avaliação educacional e também por tratar-se de um sinônimo desta primeira.

Além da educação, os três descritores são objeto de estudos de outras áreas de conhecimento. Conclui-se, portanto, que há um interesse na compreensão da real funcionalidade da avaliação a partir das especificidades das mais diversas áreas, sejam elas ciências exatas ou humanas.

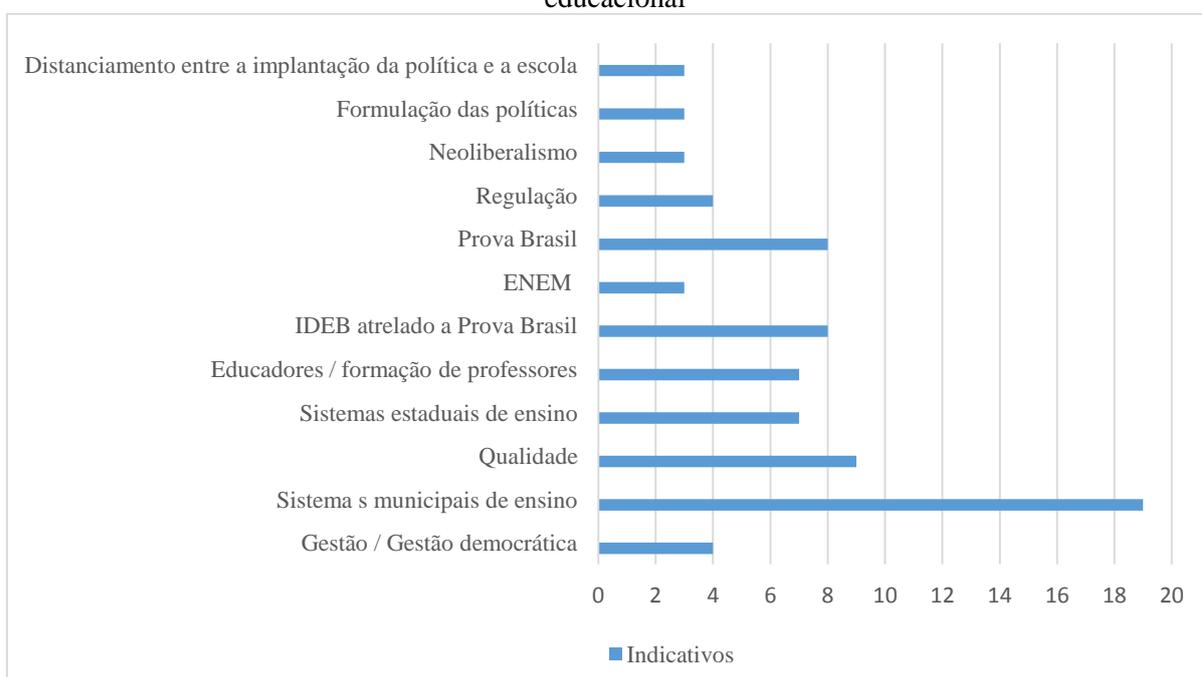
De acordo com Alexandre (2015, p.3), é a partir dos anos de 1990 que a avaliação educacional é incorporada ao mundo educativo com maior visibilidade, em razão da “reestruturação produtiva do capitalismo global”, e também a influência neoliberal nas

políticas educacionais. Ainda justifica o autor que é inegável o impacto “ da revolução tecnológica e da globalização na prática educativa (...)”, o que prepondera como “ferramenta de alcance de uma educação de qualidade par todos”. É sob essa perspectiva que a avaliação da educação se insere, passando a ser adotada por diversos países objetivando “auferir o resultado final da aquisição de competência por parte dos educandos”.

A segunda categoria versou sobre o foco temático presente nas produções acadêmico-científicas. A partir dos resumos das produções, foram transcritos conceitos chave dos trabalhos sobre avaliação. Essa estruturação ocorreu se deu a partir de todas as produções da área educacional que continham em seus títulos, palavras-chave e/ou resumos o descritor avaliação educacional, resultando em 43 produções (teses e dissertações). O restante (com vínculos na educação) foram descartadas em razão de não serem temáticas relacionadas ao foco do presente estudo.

As 43 pesquisas relacionadas ao descritor Avaliação educacional, e que, portanto, foram consideradas no desenvolvimento deste trabalho, estão dispostas no gráfico 4.

Gráfico 4. Conceitos e/ou temas analisados nas produções acadêmico-científicas sobre Avaliação educacional



Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

Os conceitos chave expressados no gráfico 4 foram elaborados com base nos resumos das 43 teses e dissertações, relacionadas a avaliação em larga escala. Destaca-se ainda que tais conceitos são comuns a várias pesquisas, estando presente em uma mesma pesquisa, vários dos conceitos chave explicitados no gráfico. A partir do gráfico 4, é possível observar a

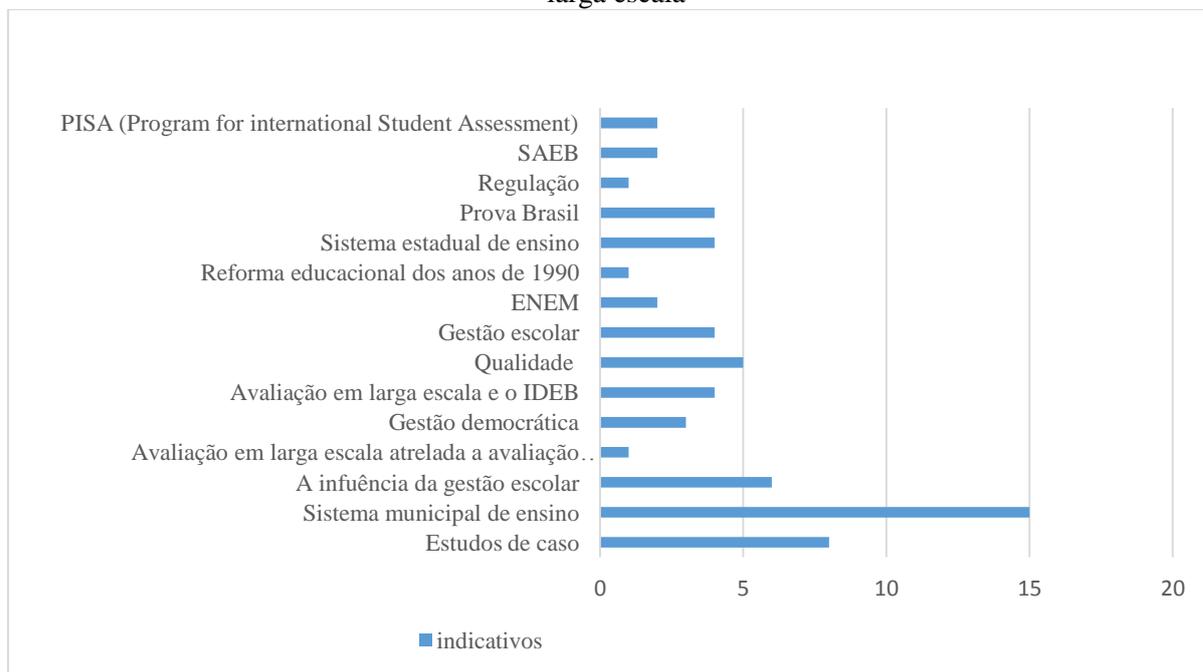
vinculação das produções acadêmicas relacionadas a avaliação educacional (com foco na avaliação em larga escala), constatando a partir daí que existe uma tendência nas pesquisas em analisar estudos versando sobre a avaliação educacional a partir de sistemas municipais de ensino, ou seja, estudos de casos micros, e análises a partir de dados avaliativos de determinados estabelecimentos de ensino que pertencem aos sistemas municipais de ensino. Existem também algumas pesquisas que se atem aos sistemas estaduais de ensino, a configuração dos sistemas de avaliação internos aos estados, como se desenvolvem sistemas de avaliação próprios de alguns estados, como por exemplo o Saesp (SP).

É curioso que apesar de a avaliação estar atrelada a qualidade, não são todos os trabalhos que a trazem já em seus resumos. Em algumas pesquisas essa questão está implícita através de estudos do Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), a partir de resultados da Prova Brasil; estudos também sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), avaliações educacionais que se configuram como foco central de diversas pesquisas, tal qual demonstra o gráfico 4.

A avaliação educacional também configura como fator fundamental a partir da gestão ou gestão democrática, daí a justificativa para essa concepção estar alicerçada na avaliação e ser objeto de estudo de alguns trabalhos. A avaliação também é contemplada a partir da visão e formação dos professores, principalmente em relação às suas experiências diretas com os alunos sob a ótica da avaliação educacional e em larga escala. A partir dessas formulações, em alguns trabalhos há uma certa criticidade quanto a implementação das políticas públicas nas escolas, além da própria formulação das políticas, políticas essas que funcionam como mecanismos de regulação e que, em algumas pesquisas são contextualizadas tais políticas a partir de teorias de Estado Liberal e Neoliberalistas.

Na sequência, através do gráfico 5, observam-se as temáticas que estão agregadas com a avaliação em larga escala, que conceituações são discutidas e apresentadas no contexto da avaliação em larga escala nos resumos das teses e dissertações. Lembrando que cada produção pode estar inserida em mais de um conceito descrito no gráfico.

Gráfico 5. Conceitos e/ou temas analisados nas produções acadêmico-científicas sobre Avaliação em larga escala



Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

Em observância ao gráfico 5 em que o mesmo demonstra numericamente os rumos da avaliação em larga escala no Brasil, constata-se que os sistemas municipais de ensino estão intimamente ligados durante as reflexões sobre a avaliação em larga escala, em menor quantidade os sistemas estaduais de ensino. São lembrados em razão da implantação das políticas públicas por parte desses setores. A qualidade do ensino como consequência da avaliação em larga escala é objeto de estudo de alguns trabalhos, porém, mesmo ao tratar da avaliação em larga escala, não é unânime esse fato em todas as produções, em alguns é possível observar implicitamente.

Curiosamente, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é mencionado em poucos trabalhos, apesar do mesmo ter relação direta com a Prova Brasil, Prova Ana, etc. Sendo uma consequência da avaliação em larga escala, o IDEB foi objeto de estudo de algumas produções, vinculado principalmente a qualidade educacional. A gestão escolar e democrática é entendida como fundamental no desenvolvimento da avaliação em larga escala, daí os trabalhos produzidos sob esse viés objetivando contribuir cientificamente para as análises referentes à avaliação.

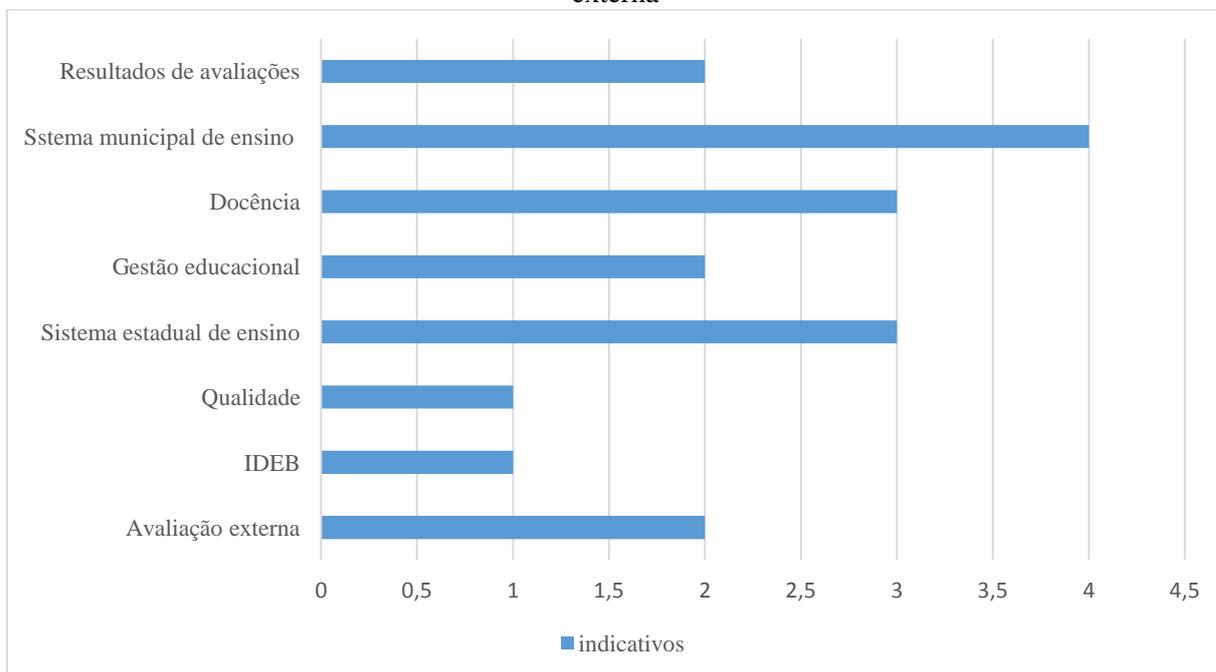
O PISA, programa internacional de avaliação comparada, também vigora como objeto de estudos em duas produções. É desenvolvido e coordenado internacionalmente pelos países membros da OCDE e convidados, ficando cada país responsável pela coordenação nacional.

No Brasil é coordenado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). A finalidade do programa é “produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos, além da qualidade na educação nos países participantes” (CORRADINI, 2012 p. 63).

De maneira geral, as produções compreendem estudos de casos, estudos esses com uma delimitação micro, tais como grupos de escolas de determinado município. Esses trabalhos buscam compreender a avaliação nas localidades, como está inserida, como se desenvolve, a atuação do poder público sobre essas políticas educacionais, além de considerações generalizadas a respeito das conceituações que compreendem a avaliação em larga escala.

O terceiro descritor considerado a partir desta categoria de análise foi a avaliação externa. Em relação aos conceitos que são desenvolvidos nas produções, observam-se no gráfico 6 as tendências das produções científicas.

Gráfico 6. Conceitos e/ou temas analisados nas produções acadêmico-científica sobre Avaliação externa



Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

Como bem enfatiza Wittmann (2008 p.11910) “a avaliação é um instrumento significativo para o planejamento das políticas de educação”. É necessário o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar nesse processo, o conhecimento da finalidade e objetivos dos programas e projetos avaliativos é fundamental, oportunizar o acesso as

informações a todos, faz com que seja possível o manejo e utilização dos resultados, ou seja, mudanças significativas somente podem ocorrer se os atores envolvidos nos processos de avaliações da educação, os quais esperam mudanças e melhores serviços, participarem efetivamente do desenvolvimento do processo (WITTMANN, 2008 p. 11910).

É sob essa perspectiva que as produções acadêmicas discutem a qualidade atrelada a avaliação externa, além de estudos referentes ao IDEB, ao papel docente nesse processo, e, obviamente a gestão educacional. Sob o viés da implantação e implementação das políticas públicas de avaliação caminham os estudos vinculados aos sistemas municipais e estaduais de ensino, sendo grande parte destes estudos de casos, mas que não desmerecem a importância deles para o entendimento deste tema tão atual e amplo.

Ao considerar sobre os sistemas municipais de ensino os quais foram focos de estudos em várias produções, Dias *apud* Meneses *et al* (2004 p.95-96) afirma que o sistema de ensino compreende: uma rede de escolas, por sistema escolar se entende um conjunto de escolas. Essa rede de escolas constitui um subsistema que se dedica a atividade fim do sistema. Em relação a estrutura didática, a rede de escolas possui duas dimensões: vertical, caracterizada pelos graus de ensino e horizontal caracterizada pelas modalidades de ensino. O sistema de ensino compreende ainda o que o autor denomina como “estruturação de sustentação”, a qual constitui a estrutura administrativa do sistema de ensino. Apresenta elementos não materiais, entidades mantenedoras e administração.

Libâneo (2003 p.230) utiliza-se de Saviani (1987) quando o mesmo aponta três condições básicas para a construção de um sistema educacional: “o conhecimento dos problemas educacionais de determinada situação histórico-geográfica, o conhecimento das estruturas da realidade e uma teoria da educação”.

É curioso que a utilização de temas a avaliação, demonstrados nos gráficos 4,5 e 6 foram muito similares, ilustrando uma certa tendência nas estruturas dos trabalhos em discutir a avaliação em larga escala a partir da regulação do Estado, a partir da gestão educacional no processo de implementação das políticas, a partir da visão dos educadores, entre outros.

A terceira categoria versou sobre a análise do referencial teórico. Através dos resumos, foram observadas quais produções acadêmico-científicas na área da educação exemplificaram sobre os autores de referência, e, para fins de pesquisa nesse momento foram usadas apenas as produções que contemplaram em seus resumos tal referencial. Desse modo, a análise dessa categoria recaiu sobre um pequeno número de trabalhos.

A tabela 1 traz os autores de referência com os quais dialogam os autores dos trabalhos localizados. Das 43 produções acadêmicas vinculadas a avaliação educacional, 8

destacaram em seus resumos parte do referencial teórico utilizado, conforme está ilustrado na tabela 1.

Tabela 1. Referencial teórico destacado nos resumos das produções acadêmico-científica sobre avaliação educacional

TEMÁTICA	REFERENCIAL TEÓRICO
Conceito de racionalidade tecnológica	Marcuse (1982).
Liberalismo	Locke; Rousseau.
Democracia e Estado	Marx e Engels; Gramsci; Poulantzas.
Avaliação de sistema	Esteban (2009); Geraldi (2004); Bonamino (1999); Pilatti (1994); Vianna (1990); Tyler (1981).
Análise de conteúdo	Bardin (1977).
Gestão democrática	Barroso (1996); Bordignon (2004); Dourado (2004); Gadotti (2004); Libâneo (2003); Saviani (2009).
Avaliação nas políticas educacionais	Viana (2000); Afonso (2009); Freitas (2009).
Uso de resultados das avaliações	Freitas (2007); Casassus (2009); Castro (2009); Horda Neto (2010).
Avaliação e formação de professores	Gatti e Barreto (2009); Andre (2010); Bauer (2010).
Avaliação da aprendizagem	Luckesi (2010); Hoffmann (2009); Furlan (2007).
Qualidade na educação infantil e políticas de financiamento	Zabalza (1998); Edwards, Gandini e Forman (1999); Ednir e Bassi (2009); Carreira e Pinto (2007).

Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

A partir da tabela 1, é possível verificar que no decorrer de trabalhos que tem como objeto de estudo a avaliação educacional, o uso e diálogo com autores referências de cada temática, se fazem presente. Isso é muito importante para o embasamento, a consistência de uma pesquisa, para a validade do trabalho. Ao tratar de teorias de Estado, utilizam-se de Marx, Poulantzas, Gramsci, etc que são clássicos do tema. Da mesma forma ocorre ao discorrer sobre a avaliação em que aparecem Freitas, Bonamino, Afonso, Vianna, Gatti entre outros igualmente relevantes. São estudiosos que possuem uma bagagem conceitual muito grande e que fornecem rigor e veracidade as pesquisas.

Quando escrevem sobre gestão democrática, não deixam de citar Libâneo, Gadotti, Saviani, Bordignon entre tantos outros demonstrados na tabela 1. Lamentável que somente um número ínfimo de trabalhos considere o referencial teórico nos contextos das teses e dissertações a ponto de incorporarem nos resumos, a base de seus estudos.

A tabela 2 dispõe sobre o referencial teórico presente nas produções tendo como base o descritor avaliação em larga escala. Das 30 produções acadêmicas na área educacional, o

referencial teórico é contemplado nos resumos de 6 pesquisas, o restante das mesmas não expõe nos seus resumos os autores base das suas reflexões.

Tabela 2. Referencial teórico destacado nos resumos das produções acadêmico-científicas sobre avaliação em larga escala

TEMÁTICAS	REFERENCIAL TEÓRICO
Avaliação	Charles Hadji (2001); Villas Boas (2008); Freitas <i>ET AL</i> (2009); Sordi (2009); Hoffman (2010).
Conceitos de gênero, esfera, estilo.	Bakhtin (1992, 2003, 2009).
Estado	Gramsci (2002).
Avaliação enquanto política educacional	Freitas (2007); Sousa (2009); Zanardini (2008).
Políticas de formação de professores	Arroyo (2010, 2011); Charlot (2007, 2008); Freitas (2002, 2005, 2009); Freitas, H. (2004); Freitas, D. (2005); Marcelo Garcia (1992,1999); Gatti E Barreto (2009); Nóvoa (1992, 2009); Sheibe (2002, 2010).
Avaliação da educação básica	Afonso (2000); Ball (2001); Silva (2003); Dias Sobrinho (2001); Dribe (1990); Esteban (2000); Eyng (2003); Fernandes e Freitas (2008); Filgueiras (2006); Oliveira (2009); Shiroma (2000).
Qualidade	Davok (2007); Dourado (2007); Dourado e Oliveira (2009); Fernandes e Freitas (2008); Freitas (2005); Morosini (2008); Oliveira (2009); Sander (1982, 1995); Silva (2009); Souza, S. (1997, 2008).

Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

Desnecessário destacar a relevância dos autores descritos na tabela 2 para com as temáticas abordadas, as referências utilizadas no campo da avaliação em larga escala nos transparece estudos de cunho científico com bastante veracidade. Os autores de referência são aqueles que discutem determinada temática através da publicação de vários estudos. Um exemplo é Freitas, Dias Sobrinho, Afonso entre outros para a avaliação, Gramsci para o Estado, Davok, Dourado, Sander para as conceituações sobre qualidade, etc. É necessário observar que tanto nas discussões sobre avaliação educacional, como na avaliação em larga escala, o referencial teórico utilizado é comum entre eles.

Para compreender quais linhas teóricas as pesquisas seguiram, observa-se a seguir, a tabela 3, a qual contém o embasamento teórico utilizado nos estudos e reflexões acerca da avaliação externa. Foram somente 3 produções que utilizaram em seus resumos o aporte teórico referente as suas temáticas de pesquisa.

Tabela 3. Referencial teórico destacado nos resumos das produções acadêmico-científicas sobre avaliação externa

TEMÁTICAS	REFERENCIAL TEÓRICO
Avaliação interna e na prática curricular	Gimeno Sacristan (1998); Depresbiteris (2011); Luckesi (1998); Hoffmann (2005); Fernandes e Freitas (2007).
Análise de conteúdo	Bardin (1977); Franco (2005).
Índices do IDEB e gestão escolar	Bernard Lahire (2008); Bernard Charlot (2000); Libâneo (2001-2004); Paro (2001-2007-2008); Arroyo (2000).

Fonte: A autora, com base em Capes (2016).

Sobre a avaliação externa (ou em larga escala), as produções vêm demonstrando desde o início do levantamento os autores de base para esses estudos e, novamente tais estudiosos são contemplados na tabela 3, como Luckesi, Hoffmann, Freitas, etc. Da mesma forma se dá com Bardin para a análise de conteúdo, Libâneo, Paro, Arroyo, etc para considerações na área da gestão educacional, resultando em posteriores análises sobre o IDEB.

Em resumo, utilizando-se de Gomes Neto e Rosenberg (1995, p. 17-18) um sistema nacional de avaliação deve “aferir indicadores de *qualidade do produto*, entendido como aprendizagem dos alunos, e de *qualidade do processo de ensino*, entendido como as medidas de acesso, de fluxo escolar, de características da escola e de investimentos financeiros com a educação”. Somente com esses fatores se pode retratar sucinta e objetivamente a situação do sistema educacional e observar a “eficiência e eficácia” das estratégias educacionais adotadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que existe um número considerado de produções *stricto sensu* sobre a avaliação em larga escala no Brasil, mesmo tendo por base apenas dois anos de publicações. A avaliação está inserida nas políticas educacionais em razão de servir como base para os índices educacionais que objetivam a qualidade da educação, apesar dessa qualidade ser um tanto quanto questionável, em razão dos procedimentos adotados para sua implementação, nas palavras de Mascarenhas (2014, p.180) a avaliação “é um meio de controle do campo educacional, não tendo o objetivo de realmente melhorar a qualidade do ensino, uma vez que não são avaliações diagnósticas (...)”, ainda de acordo com essa mesma autora, a avaliação não cumpre um papel que apresente um “diagnóstico da situação para trabalhá-la melhor, mapear os problemas para enfrenta-los” e garantir a efetividade da qualidade.

Através das produções foi possível observar um certo encaminhamento dos estudos para análises de casos específicos de sistemas municipais e estaduais de ensino, estudos esses que discutem as implementações e os resultados das políticas de avaliação em larga escala nesses sistemas e que contribuem cientificamente para o enriquecimento dos estudos sobre a avaliação no Brasil.

Em síntese, a avaliação em larga escala, ou avaliação externa é um mecanismo que objetiva sobretudo a qualidade do ensino, mesmo que apresente certas divergências sobre a mesma, o que gera certas lacunas na implementação das políticas de avaliação no Brasil. As produções científicas têm contribuído para que essas lacunas sejam preenchidas, através de estudos minuciosos dos vários setores que englobam a avaliação em larga escala. Como cita Mascarenhas (2014, p.180) a avaliação “no campo das políticas educacionais (...) tornou-se eixo central”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 4ª edição 2009.

ALEXANDRE, Manoel Morais de O. Neto. **Sistemas de Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Consultoria Legislativa. Brasília: 2015

BORGES, Regilson Maciel. **Avaliação na Educação Básica o Estado de Conhecimento na Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (1999-2008)**. Dissertação. Campinas: PUC/Campinas, 2011. Disponível em www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.

_____. **Portaria nº 931 de 21 de março de 2005**. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB. Disponível em download.inep.gov.br/educacao_basica

_____. **Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013**. Dispões sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB. Disponível em download.inep.gov.br/educacao_basica

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2014. Disponível em <portal.mec.gov.br/docman/abril.../15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf>

CORRADINI, Suely Nercessian. **Indicadores de Qualidade na Educação: Um Estudo a partir do Pisa e da Talis. Dissertação**. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: 2012. Disponível em <www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo>

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação Políticas educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação e Sociedade, ano XXIII, n° 79, 2002. 257-272. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php>

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **A Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação Educacional Caminhando pela Contramão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; NASCIMENTO, Lenilton Batista do. **O Estado-Avaliador e a Construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. In CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna. Política Educacional contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012.

GOMES NETO, João Batista; ROSENBERG, Lia. **Indicadores de Qualidade do Ensino e seu Papel no Sistema Nacional de Avaliação**. Em Aberto. Ano 15 n° 66, Brasília: 1995. 13-28. Disponível em <www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2024>

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MENESES, João Gualberto de Carvalho; BARROS, Roque Spencer Maciel de; NUNES, Ruy Afonso da Costa, *et al.* **Educação Básica Políticas, Legislação e Gestão**. São Paulo: Thomson, 2004.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. **A Contribuição do Materialismo Histórico – Dialético para a Análise das Políticas Educacionais**. In CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. *O Método Dialético na Pesquisa em Educação*. Campinas: Autores Associados, Universidade de Brasília, 2014. 177-181.

ROCHA, Gladis. **Avaliação Externa**. Glossário Ceale. UFMG. 2015. Disponível em < ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/avaliacao-externa>

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica**. *EccoS – Rev. Cient.* São Paulo, n. 30, p. 17-33, jan. /abr. 2013.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. **Políticas Educacionais e regulação da qualidade na Educação Básica a centralidade da avaliação**. In NARDI, Elton Luiz; Schneider, Marilda Pasqual. *Qualidade da Educação no Ensino Fundamental entre políticas e a (ex) tensão do tema na escola pública*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2015.

WITTMANN, Maria José de Moraes. **Avaliação da Educação Básica em Larga Escala em Nível Nacional: Previstos e Acontecidos**. Educere, 2008 Curitiba: PUC/ Paraná. Disponível em < www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/92_60>